

Carta aberta dos precários da Lusa – Agência de Notícias de Portugal

Exma. Sra. Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral

Vimos pedir a intervenção de Vossa Excelência na reposição de uma ilegalidade e também situação de injustiça entre colegas que, na mesma casa, a Lusa – Agência de Notícias, exercem as mesmas funções, mas em situação laboral diferente.

Pedimos a intervenção de Vossa Excelência, expondo o porquê de considerarmos que a morosidade da conclusão do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) está a colocar em situação de flagrante fragilidade dezenas de jornalistas da principal agência de notícias de Portugal.

De acordo com o artigo 14.º da lei que regulamenta o PREVPAP, a integração dos trabalhadores precários, incluindo os jornalistas da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, nos quadros da respetiva empresa devia ter sido concluída até 31 de maio de 2018.

Ora, no que diz respeito à Lusa – Agência de Notícias, a análise das candidaturas pela Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) da Cultura só terminou em outubro passado. Entretanto a senhora ministra da Cultura, Graça Fonseca, disse na Assembleia da República, a 08 de novembro, que foram dados 24 pareceres positivos e 24 negativos a candidatos da Lusa – Agência de Notícias. Um mês depois, nenhum trabalhador da Agência Lusa foi ainda notificado da decisão.

Ocorre que, caso o parecer seja positivo, os candidatos terão ainda de aguardar pela homologação junto dos Ministérios e só depois a consequente integração nos quadros, prevendo-se assim mais morosidade.

Se o parecer for negativo, os candidatos, depois de notificados, terão 10 dias para recorrer da decisão e estar sujeitos aos prazos necessários para a CAB reavaliar a candidatura, emitir uma decisão definitiva, enviar o processo para homologação e aguardar que a empresa seja autorizada a integrá-los no quadro, prevendo-se ainda mais morosidade do que para os que tiveram parecer favorável.

Desta forma, um processo que devia estar concluído em maio, mais de meio ano depois permanece sem fim à vista.

A ansiedade dos jornalistas precários da Lusa – Agência de Notícias cresce com a chegada do fim do ano/início do próximo, uma vez que se prevê para 2019 alterações nos escalões da Segurança Social, o que coloca estes trabalhadores, e consequentemente as suas famílias, em situação de permanente fragilidade e incerteza e na expectativa de verem agravados as contribuições para a Segurança Social.

A realidade é que há vários anos que a produção noticiosa da Lusa – Agência de Notícias de Portugal se tem socorrido de jornalistas em situação laboral precária.

São profissionais que exercem funções diariamente, como se integrassem os quadros da empresa, mas que estão sujeitos a contratos de prestação de serviços quer em regime de avença, quer pagamento à peça, quer com contratos precários como de substituição.

São profissionais que exercem funções com material atribuído pela empresa, obedecendo aos mesmos editores, aos quais obedecem os colegas dos quadros, sob as mesmas diretrizes de qualquer trabalhador integrado na agência.

São profissionais sem os quais a Lusa – Agência de Notícias de Portugal não conseguiria cumprir o contrato-programa que tem com o Estado, pois estes precários são, em muitos casos, os únicos trabalhadores da agência nas regiões que têm de cobrir.

São profissionais que, embora existam casos diferenciados, trabalham em condições de dificuldade quer devido à ausência de local de trabalho, quer devido à disponibilidade premente em termos de horário.

A maior parte dos trabalhadores candidataram-se ao PREVPAP, porque, na maior parte dos casos, a situação de precariedade laboral se arrasta há anos, em algumas situações há mais de uma década.

A situação é agravada pelo facto de receberem salários líquidos muito abaixo da tabela salarial, previsto no Acordo de Empresa para os trabalhadores a contrato ou do quadro de pessoal, bem como pelo facto de, em alguns casos, os valores pagos à peça ou em avença se manterem inalterados há muitos anos.

Já apelamos à tutela que ponha fim a esta situação de ilegalidade e injustiça, nomeadamente através de uma carta aberta enviada a 08 de outubro ao senhor Presidente da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República, bem como Grupos Parlamentares.

Solicitamos que sejam desbloqueados todos os mecanismos necessários para que os processos da Lusa – Agência de Notícias de Portugal sejam encaminhados o quanto antes e, pela presente carta, apelamos também a Vossa Excelência para que interceda em nosso nome naquilo que lhe for possível.

Manifestando a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos que tenham por necessários, melhores cumprimentos,
Jornalistas precários da Lusa – Agência de Notícias, S.A.